

Proposta de Comunicação

Entre Santa Engrácia e o Panteão Nacional: um monumento à memória, a memória de um monumento

Resumo

Monumento de uma riqueza patrimonial múltipla, que une a excelência artística à densidade histórica e à substância político-ideológica, a Igreja de Santa Engrácia, hoje Panteão Nacional, representa, pelo seu percurso centenário, um campo tão exemplar quanto poliédrico de aplicabilidade dos conceitos de património, memória e identidade. A natureza arquitectónica de que se reveste, ao dotá-lo de funcionalidade, imponência urbanística e durabilidade, favoreceu-lhe a assunção de um carácter de palco de longo prazo da projecção de vontades múltiplas e de estratégias de poder. A um tempo monumento e documento, o templo/panteão reflecte na pedra e nela evoca desde o circunstancialismo da encomenda e as vicissitudes dos comitentes aos grandes períodos da História de Portugal. Sob este pano de fundo, interessa, pois, definir e revelar os principais momentos da história deste monumento através da detecção dos seus agentes e mentores e da acção por eles conduzida, a fim de avaliar o significado da obra enquanto monumento e de aferir a força do seu poder evocativo.

O monumento que hoje celebra a memória dos grandes homens da pátria une o perfil programaticamente memorial à própria carga histórica e mnemónica do edifício que o acolhe. Correspondendo à terceira construção com a mesma menção hagiográfica e igual localização, o templo foi fundado na segunda metade de Quinhentos a instâncias da Infanta D. Maria, tendo correspondido a uma espécie de panteão de santos exclusivamente portugueses. A igreja só abandonaria esta indexação individual e o âmbito estritamente paroquial após a sua espectacular profanação, em 1630, ficando então os seus destinos em mãos de uma confraria formada pela primeira nobreza do reino. Sob os seus auspícios, o templo instituir-se-ia como instância legitimatória e celebrativa, assumindo-se sucessivamente como bastião do integrismo católico, da Restauração e do partido de D. Pedro II. Até ao Liberalismo, a confraria não deixará de imprimir à obra as matizes e flutuações que atingiriam, afinal, a sua própria composição, reflectindo o destino da nobreza e os desígnios da realeza, a cujo serviço estava directamente vinculada. Num espaço de dois séculos, Santa Engrácia não lograria ver-se concluída.

Se é sob o Liberalismo que se assiste à suposta extinção da confraria e à desafecção do templo, é simultaneamente aos ventos liberais que remonta a consciência patrimonial necessária à tomada de medidas tendentes à sua salvaguarda, bem assim a criação institucional de um monumento de mobilização da memória - informado por claros propósitos ideológicos -, destinado a “receber as cinzas dos grandes homens mortos depois do dia 24 de Agosto de 1820”. Mas o Panteão Nacional só lograria ter sede própria sob o Estado Novo, em 1966: ao mesmo tempo que desafiou o anátema que ensombrou as obras da vetusta igreja, elevada, em 1910, ao estatuto de Monumento Nacional, a “refundação” do Panteão por Salazar manifesta um sábio diálogo com a memória. O seu programa plástico e de intervenção arquitectónica, as trasladações efectuadas, as figuras homenageadas em estátua e cenotáfio, são elementos

que quadram eloquentemente num programa ideológico marcado pela tensão inerente à procura de acordos e compromissos.

Palavras-chave: celebração, legitimação, memória, monumento

Maria Luísa de Castro Vasconcelos Gonçalves Jacquinet

Doutoranda em História, especialidade de História da Arte/Faculdade de Letras da
Universidade de Coimbra

Bolseira FCT

Membro do CEAUCP-CAM (Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de
Coimbra e Porto – Campo Arqueológico de Mértola)